

**PESQUISAS EM EDUCAÇÃO:
INSTRUMENTOS PARA DESCONSTRUÇÃO DO FALSO MITO DE
DEMOCRACIA RACIAL E PARA DIMUIÇÃO DAS DESIGUALDADES
RACIAIS NO BRASIL**

Cândida Cespedes Ribeiro

Resumo

A participação do povo africano e indígena na construção da nação brasileira foi reconhecida de forma estigmatizada pelos livros de história, sendo privilegiado o homem branco europeu, tido como civilizador e superior. Distintos papéis foram atribuídos ao branco, negro e indígena, bem como empregados artifícios ideológicos para justificar a dominação e a exploração dos não-brancos. Pesquisas em Educação, ancoradas em abordagem qualitativa, voltadas às Políticas Públicas Educacionais, especialmente, à implementação da lei 10.639/03 e à inclusão das Relações Raciais no Currículo Escolar, revertem essa situação, pois, desconstruem mitos e enfrentam o racismo, uma vez que estimulam a reescrita da história e dão voz aos sujeitos historicamente silenciados e hostilizados.

Palavras-chave: Pesquisas em Educação, Políticas Públicas Educacionais para Relações Raciais, Currículo Escolar.

Introdução

Segundo Brito (2011), ao longo da história do Brasil, as elites brasileiras detentoras do poder, inclusive da escrita, inventaram o mito de povo pacífico, amante da ordem e da paz. Intencionalmente, construiu-se o ideal de “nação brasileira” que nutria um sentimento de grupo homogêneo, que comungava dos mesmos pensamentos, crenças e valores, omitindo, propositalmente, complexas relações sociais, tais como: trocas, alianças, relacionamentos afetivos, disputas, confrontos, violências físicas e simbólicas, especialmente, entre o branco, negro e índio, povos que segundo a história

oficial brasileira, originaram nossa nação e que receberam diferenciadas representações de suas atribuições ou participações sociais.

Brito (2001) considera que as obras didáticas da história do Brasil, especialmente, as mais antigas, privilegiam o homem branco (português), representando-o como fundador da nação brasileira, uma vez que o colonizador se considerava civilizador e superior. Por essa razão, somente ao branco europeu competia as funções de colonizar e formar o país, de implementar uma língua nacional, de organizar uma nação social e política, partindo do pressuposto que ele era dotado de poder sobre os demais.

Müller (2011) no que se refere ao pensamento social brasileiro e a construção de racismo afirma que foram construídos a partir de estigmas sociais tradicionalmente reproduzidos, os quais se pautavam na “história dos vencedores”, tida como a “história oficial”, iniciada a partir do Império, após a criação dos Institutos Históricos e Geográficos. Tais instituições foram responsáveis pela “construção da história nacional” e, para cumprir com sua principal missão, deviam recriar o passado, ordenar fatos buscando homogeneidade dos sujeitos e dos acontecimentos, bem como se empenhar na solidificação de mitos.

Segundo essa autora, a história dos vencedores foi fundada a partir de ideologias europeias, de modo especial, baseadas em teorias racistas, dentre elas, da Superioridade e do Branqueamento. Essas teorias criaram inúmeras explicações ou invenções que por vezes foram respaldadas pelas Ciências Modernas (Biologia, Botânica, Genética) ou ainda, por Pseudociências (Eugenia). Deste modo, acabaram por fundamentar e incentivar a supervalorização de um determinado grupo social pertencente à etnia branca em detrimento de outros, especialmente das populações negras e indígenas.

Para Müller (2011), as diferentes formas de representações estereotipadas foram estrategicamente criadas pelos brancos para justificar, dominar e explorar a população negra, como por exemplo, a inferioridade intelectual e moral do negro. Inúmeros estigmas em forma de atributos pejorativos foram associados ao negro, tais como: atrasado, selvagem, limitado, inculto, viciado, indisciplinado, indolente, mais suscetível a disfunções mentais e aos problemas genéticos, pois, supostamente possuía maior incidência de defeitos físicos. Além disso, o povo negro também teve sua sexualidade exacerbada, sobretudo, em relação aos seus aspectos de erotismo e exotismo.

Consideramos que a história oficial brasileira, ao mesmo tempo, silenciou tensões, explorações, acordos, resistências, manifestações diversificadas, bem como prestigiou e enalteceu um grupo étnico em detrimento de outros. Desta forma, o lugar do povo negro e indígena, ao longo da história brasileira, esteve impregnado de estigmas preconceituosos, ficando relegado à invisibilidade e à hostilidade, pois, esses povos foram marginalizados socialmente, considerados como incultos, selvagens, inferiores, feios, atrasados, escravos, incapazes de se organizar.

Assim sendo, as diferenças e as desigualdades raciais entre os grupos sociais no Brasil foram inventadas, reproduzidas e inclusive internalizadas no decorrer do tempo, constituindo mecanismos de dominação, manipulação e exclusão, carecendo urgentemente de reflexão, contestação e combate.

Acreditamos que o conhecimento nos conduz ao reconhecimento e ao respeito ao outro. A nosso ver, o conhecimento nos torna capaz de enfrentar o preconceito, o racismo e a discriminação racial, transformando-nos em seres humanos melhores, sobretudo, cidadãos de fato e direito. O conhecimento pode, portanto, transcender as barreiras do desconhecimento, da ignorância e da intolerância.

Diante do exposto, ao longo da pesquisa que estamos realizando no Programa de Pós-Graduação, Mestrado em Educação na Universidade Federal de Mato Grosso, objetivamos romper com os estigmas e as mistificações que foram difundidas ao longo pela história oficial brasileira, pois, desta maneira, estimularemos o processo de desconstruções e de reescrita da história. Acreditamos que esse processo se dá a partir da (re) construção do conhecimento, realizado por meio de uma educação empoderadora e transformadora, ancorada em teoria e prática pedagógicas comprometidas, pois, sem sobra de dúvidas, os africanos e seus descendentes merecem nosso reconhecimento e respeito, visto que foram e continuam sendo sujeitos históricos que muito ajudaram na formação de nosso país, não somente por meio dos seus braços, mas, também, por meio de sua inteligência, sensibilidade, arte, capacidade de luta e articulação, contribuindo até os dias atuais com nossa nação.

Deste modo, a população africana e afro-brasileira deixaram ricas influências, dentre elas: na religião; história; tradição; costumes, modos de ver o mundo; agir; artes, técnicas de trabalho; objetos; vestuário; medicina caseira, danças, culinária e, por tudo isso, não podemos deixar de estudar sua história, bem como valorizar os diversos legados herdados de sua cultura.

Relações Raciais nas Pesquisas em Educação: a implementação da lei 10.639/03 na rede estadual de ensino do Estado de Mato Grosso

Reconhecemos que a invisibilidade e a hostilidade ao povo negro estiveram e ainda se fazem presentes na sociedade e no imaginário social dos brasileiros, necessitando de estratégias de combate. Por isso, a implementação da lei 10.639/2010 é tão relevante em nosso país, estando ela intimamente associada à ideia de políticas públicas educacionais e ao repensar dos currículos escolares tradicionais.

Estamos seguros que as pesquisas em educação com abordagem qualitativa, referentes à inclusão da lei 10.639/03 no Currículo Escolar, favorecem a promoção de uma educação inclusiva, emancipadora, democrática, de qualidade, multicultural e plural, uma vez que incentivam o respeito à diferença, à alteridade, a valorização da identidade, o reconhecimento da história e da cultura negra e afro-brasileira, devendo elas ser alvo das pesquisas em educação com abordagem qualitativa.

Por essas razões, ao longo do Programa de Pós-Graduação em Educação/PPGE, Mestrado em Educação a ser desenvolvido na Universidade Federal de Mato Grosso/UFMT (2014/2015), na Linha de Pesquisa Movimentos Sociais, Política e Educação Popular, nos propusemos a pesquisar as políticas públicas educacionais decorrentes da lei 10.639/2003 no Estado de Mato Grosso, no período de 2003 a 2013, especialmente, as que versam sobre Relações Raciais e Currículo Escolar.

O título do nosso Projeto de Pesquisa de Mestrado que atualmente encontra-se em andamento é A implementação da lei 10.639/2013 na rede estadual de ensino do Estado de Mato Grosso: desafios curriculares para as Relações Raciais.

Estamos investigando de que maneira a lei 10.639/2003 está sendo implementada pela Secretaria de Educação do Estado de Mato Grosso/SEDUCMT nas escolas estaduais de Mato Grosso, especialmente, no que se refere à inclusão das Relações Raciais no Currículo Escolar. Almejamos entender como esse processo de dá politicamente e pedagogicamente focado no currículo escolar.

O objetivo principal de nosso trabalho é compreender de que forma a SEDUCMT orienta o trabalho docente a partir da promulgação da referida lei, que estabeleceu como obrigatório o ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana nas escolas brasileiras, sejam elas públicas ou privadas.

O recorte espacial de nosso trabalho situa-se na SEDUCMT e nas unidades escolares estaduais a ela vinculadas. Os sujeitos de nossa pesquisa são os gestores públicos da SEDUC-MT diretamente responsáveis pelo desenvolvimento das políticas públicas educacionais, bem como professores e estudantes das unidades escolares estaduais, uma vez que os mesmos constituem atores relevantes desse processo.

Por meio de entrevistas, constataremos quais são os avanços e desafios curriculares decorrentes da implementação da lei 10.639/2003 na rede estadual de ensino. Todavia, também, examinaremos com cautela, os documentos oficiais que se destinam à discussão ou à orientação das Relações Raciais no Currículo Escolar, dentre eles o Plano Nacional de Educação e o Plano Estadual de Educação, tópico para a Educação para Relações Raciais/Relações Étnicorraciais, bem como as Diretrizes Curriculares Nacionais para as Relações Raciais/Étnicorraciais e as Orientações Curriculares Estaduais para as Relações Étnicorraciais.

Será inclusive, uma grande oportunidade para dar continuidade nas discussões acerca da temática das Relações Raciais, bem como nos resultados obtidos nas pesquisas iniciadas no Curso de Especialização em Relações Raciais e Educação na Sociedade Brasileira ofertado pela UAB/UFMT/NEPRE em 2011/2012.

Encontramos alguns indícios de que embora as unidades escolares da rede estadual de Mato Grosso sejam direcionadas a trabalhar com as Orientações Curriculares Estaduais para as Diversidades Educacionais (Orientações para a Educação para as Relações Étnicorraciais) devendo inseri-las tanto no Currículo Escolar e no Projeto Político Pedagógico-PPP, bem como haja a incorporação da Lei nº 10.639/03 no Plano Estadual de Educação 2008-2017, devendo as discussões sobre Relações Raciais perpassar todas as Modalidades, Especificidades e Níveis de Ensino da Educação Básica, bem como Áreas de Conhecimento, as políticas públicas educacionais para cumprimento da lei 10.639/2003 na rede estadual de ensino de Mato Grosso, ainda precisam ser ampliadas e consolidadas, para que as mudanças da realidade sejam sentidas de maneira mais efetiva no cotidiano escolar.

Os resultados parciais até o momento analisados, revelam que as Orientações Curriculares Estaduais das Diversidades Educacionais relacionadas às Relações Étnicorraciais e a Educação Escolar Quilombola, bem como o Plano Estadual de Educação 2008-2017, Tópico Relações Étnicorraciais, configuram estratégias e ações que refletem as políticas públicas educacionais adotadas e executadas pela SEDUC-MT no que tange à implementação da Lei nº 10.639/03.

As Orientações Curriculares para as Diversidades relacionadas às Relações Etnicorraciais constituem parte significativa da política estadual de educação, contudo, ainda carecem de apropriação e de emprego pelos profissionais da educação em sua prática pedagógica.

No que tange à implementação da Lei nº 10.639/03 podemos citar como fragilidades verificadas: necessidade urgente de inserção da temática no currículo escolar vivo/crítico e no Projeto Político Pedagógico – PPP; aumento de recursos e investimentos na formação inicial e continuada; aumento no número de formadores dos CEFAPROs que atendem as Diversidades Educacionais e que acompanham o Projeto Sala do Educador, especialmente sobre as temáticas das Relações Raciais; maior sensibilização, conhecimento e o comprometimento de toda a comunidade escolar com a temática, sobretudo, da equipe gestora e docente.

Os desafios existentes são muitos, por isso, almejamos também, propor instrumentos para o enfrentamento das dificuldades que serão ainda confirmadas, especialmente, para a desconstrução do mito de democracia racial no Brasil, contribuindo com a diminuição do racismo, do preconceito e da discriminação racial. Deste modo, julgamos imprescindíveis as pesquisas aprofundadas diretamente relacionadas aos principais avanços e desafios na implementação da referida lei, bem como a proposição de mecanismos de superação.

As pesquisadoras Oliveira e Destro (2005) favorecem a compreensão integrada de política curricular e metodologia de pesquisa, pois, definem política curricular como um processo em que diferentes protagonistas, imbuídos de seus projetos culturais e sociais que produzem tensões em torno da produção, circulação e consolidação de significados no currículo escolar, concebendo a política curricular como uma política cultural. Essas autoras discutem concepções de política curricular para caracterizar uma abordagem metodológica de pesquisa que vislumbre processos contra-hegemônicos em políticas curriculares.

No tocante a educação multiculturalista tão necessária na atualidade para a transformação social, Oliveira e Miranda (2004), entendem que a educação multiculturalista precisa embasar-se numa teoria textual, social e histórica, que visa contrapor o colonialismo e o capitalismo, constituindo assim, relevante elemento para o enfrentamento das desigualdades sociais, especialmente, as decorrentes do preconceito, do racismo e da discriminação racial.

De acordo com essas autoras, a educação sob o prisma do multiculturalismo crítico, articula-se com o currículo escolar e à discussão das relações raciais, pois, além de conexos, decorrem de políticas curriculares fundamentadas numa abordagem multicultural que pretende assegurar os direitos fundamentais do ser humano. A escola e o currículo, nesse sentido, carecem de ressignificação.

Conforme Oliveira e Miranda (2004), a educação multiculturalista serve de instrumento para o rompimento com as narrativas formadoras de identidades homogêneas, especialmente, ao assumir uma perspectiva contra-hegemônica, que busca o prevailecimento da democracia, da cidadania, da alteridade, bem como o respeito à diversidade, a valorização da história e cultura africana, indígena, etc.

As autoras afirmam que embora sejamos uma sociedade multicultural, isso não assegura de forma automática que tenhamos como referência uma educação multicultural, pois, essa perspectiva de educação não pode ser dissociada da problemática social e política presente em cada contexto, uma vez que relações culturais e étnicas estão influenciadas e permeadas pelas relações de poder, elas alertam para várias conceituações/concepções de multiculturalismos existentes, observando que dependendo da corrente que o fundamente, podem induzir equívocos e falsas interpretações ou considerações. Assim, precisamos conhecer as teorias que embasaram cada tipo.

O multiculturalismo crítico para essas autoras é, então, idealizado como uma abordagem curricular que se apoia num pós-modernismo de resistência que leva em conta os níveis macropolítico e micropolítico da organização estrutural da sociedade, que estuda o cotidiano por meio de análises macroestruturais, estabelecendo conexões com as relações materiais, culturais; econômicas, simbólicas, políticas, etc.

De tal modo, uma educação multiculturalista é aquela que está inserida nas políticas públicas educacionais, buscando inserir todos os grupos étnicos sociais, principalmente os que foram historicamente silenciados ou hostilizados, tais como as populações não-brancas, dando visibilidade a elas, valorizando e preservando a cultura dos educandos no processo de ensino.

Müller (2010) favorece a discussão proposta, pois, alerta para a importância de incorporar a dimensão política nos estudos sobre a implementação da lei nas escolas brasileiras, especialmente, em virtude de ainda estar arraigado no imaginário coletivo o falso mito de democracia racial. (Müller, 2010, p. 306)

Para Pereira (2011), essa legislação abriu caminho para a divulgação da cultura africana, fazendo com que tenhamos um novo olhar sobre a cultura e história africanas e afro-brasileiras. Essa autora afirma que a cultura africana quando trazida para a sala de aula, valoriza a diversidade cultural, além de romper com a visão eurocêntrica, reconstrói tanto nos alunos quanto nos educadores uma imagem positiva do continente africano e eleva a autoestima dos alunos afro-descendentes. Desta forma, tanto o Estado quanto toda a sociedade precisa conhecê-la e incorporá-la em sua prática cotidiana.

Gomes (2012) enriquece os debates, uma vez que contextualiza a origem da lei 10.639/03, ela considera que a lei é fruto da reivindicação do Movimento Negro e de organismos da sociedade civil, de educadores e intelectuais comprometidos com a luta antirracista. A autora entende essa lei como uma resposta do Estado às demandas sociais em prol de uma educação democrática, que considera o direito à diversidade étnico-racial como um dos pilares pedagógicos do País, sobretudo, quando se valorizam a proporção significativa de negros na composição da população brasileira e o discurso social que apela para a riqueza dessa presença. (Gomes, 2012, p. 20)

Gomes (2012) acredita, inclusive, que do ponto de vista das políticas, das práticas, das condições de vida, do emprego, da saúde, do acesso e da permanência na educação escolar, a situação que persiste é de desigualdade, preconceito e discriminação. Essa autora afirma que a implementação da lei 10.639/2003 não depende exclusivamente de ações e políticas intersetoriais, articulação com a comunidade e com os movimentos sociais, mudanças nos currículos das Licenciaturas e da Pedagogia, mas também de regulamentação e normatização nas esferas estadual e municipal, de formação inicial, continuada e em serviço dos profissionais da educação e gestores do sistema de ensino e das escolas. (Gomes, 2012, 24-25).

Avaliamos que a implementação da lei 10.639/2003 deve perpassar o repensar da Formação dos Profissionais da Educação, a efetiva Regulamentação ou Normatização da lei em diferentes âmbitos, bem como se preocupar com a Reelaboração do Currículo Escolar. Acreditamos que a inclusão da temática precisa ser vivenciada, isto é, experimentada no cotidiano das instituições escolares, observada para além dos documentos e discursos, devendo, portanto, ser evidenciada, nas ações e práticas pedagógicas, as quais decorrem de políticas públicas educacionais específicas, eficientes e eficazes.

No tocante a metodologia, nossa pesquisa adotou uma abordagem qualitativa e, no que se refere a essa abordagem, Oliveira (2008), entende “... como sendo um processo de reflexão e análise da realidade por meio da utilização de métodos e técnicas para compreensão detalhada do objeto de estudo em seu contexto histórico e/ou segundo sua estruturação.” (OLIVEIRA, 2008, p. 37).

Oliveira (2008) compreende também que esse processo implica em estudos de acordo com a literatura pertinente ao tema, bem como observações, aplicação de questionários, entrevistas e análise de dados, os quais serão apresentados de forma descritiva. Em uma abordagem qualitativa, a autora chama a atenção para necessidade de se adentrar em estudos que proporcionem diagnosticar em profundidade a realidade a ser pesquisada, ressaltando a importância da clareza quanto ao objeto de pesquisa. (OLIVEIRA, 2008, p. 37-38)

Ela considera ainda que metodologia é “um processo que engloba um conjunto de métodos e técnicas para ensinar, analisar, conhecer a realidade e produzir novos conhecimentos”. (OLIVEIRA, 2008, p. 43)

É por isso que a Oliveira (2008) defende que método de pesquisa deve ser entendido numa perspectiva abrangente, como sendo o caminho escolhido para atingir os objetivos preestabelecidos na elaboração de um projeto de pesquisa. (OLIVEIRA, 2008, p. 48)

A pesquisa qualitativa pode ser entendida ainda como um estudo detalhado de um determinado fato, objeto, grupos de pessoas ou ator social e fenômenos da realidade. Esse procedimento almeja buscar informações fidedignas para explicar em profundidade o significado e as características de cada contexto em que encontra o objetivo da pesquisa. A autora aponta que os dados podem ser obtidos através de uma pesquisa bibliográfica, documental, entrevistas, questionários; planilhas e todo instrumento que por ventura se fizer necessário. (OLIVEIRA, 2008, p. 60)

Outro ponto interessante enfatizado pela autora é que a opção por uma abordagem qualitativa precisa levar em conta a crença de que existe uma relação dinâmica entre o mundo real, objetivo, concreto e o sujeito, sendo assim, há uma conexão entre a realidade cósmica e o homem, entre a objetividade e a subjetividade. O pesquisador precisa então tentar interpretar a realidade dentro de uma visão complexa, holística e sistêmica. (OLIVEIRA, 2008, p. 60)

Freitas (2002) também enriquece a discussão voltada à Pesquisa em Ciências da Educação, ao apresentar um relato descritivo do processo metodológico desenvolvido

em uma pesquisa qualitativa na perspectiva socio-histórica, bem como, ao evidenciar as inúmeras possibilidades que a abordagem socio-histórica pode trazer para a investigação qualitativa, especialmente, na esfera das Ciências Humanas. A autora fundamenta suas afirmações nos ideais de Vygotsky, Luria e Bakhtin.

Para Freitas (2002), a perspectiva socio-histórica configura uma abordagem teórica que pode embasar significativamente o trabalho de pesquisa em sua forma qualitativa, imprimindo-lhe algumas características próprias. Concordamos com a autora que de fato, essa perspectiva constitui relevante instrumento para a superação dos reducionismos das concepções empiristas e idealistas, uma vez que essa abordagem se pauta no materialismo histórico-dialético, visando refletir o indivíduo em sua totalidade, integrando-o dialeticamente, com os seus aspectos externos e internos, favorecendo, assim, a análise contextualizada da relação do sujeito com a sociedade na qual ele se insere, atentando-se para o exame dos âmbitos espacial, temporal, social, político, econômico, cultural, etc.

A autora vislumbra a pesquisa como uma relação entre sujeitos, cujo caráter é dialógico, constituído por meio de um processo de trocas. O pesquisador, então, passa a compor o processo investigativo, fazendo parte integrante do mesmo. Segundo Freitas, essas ideias têm implicações nas características processuais e éticas do fazer pesquisa em Ciências Humanas, que são refletidas na relação pesquisador-pesquisado, nos próprios instrumentos utilizados e na análise de dados.

Seguindo essa perspectiva, devemos empregar métodos de estudar o homem em unidade de corpo e de mente, concebendo-o como ser biológico e ser social, que é também membro da espécie humana e, é sujeito participante do processo histórico. A autora compreende os sujeitos, como protagonistas da sua história, que são “datados, concretos, marcados por uma cultura, como criadores de ideias e consciência” que constroem e reconstroem a sua realidade social e, que ao mesmo tempo, são produzidos e influenciados por ela.

Julgamos que a pesquisa qualitativa, nessa direção, deve investigar as percepções individuais ou coletivas, observadas entre os sujeitos, nas relações de poder, nas representações e trocas simbólicas, etc. A abordagem qualitativa prioriza, sobretudo, de acordo com Freitas (2002), a compreensão de fenômenos e comportamentos humanos a partir de seu acontecer histórico no qual o particular é considerado uma instância da totalidade social.

No que também se refere aos estudos qualitativos e suas possibilidades, concordamos com Neves (1996), pois, os mesmos têm hoje lugar assegurado como forma viável e promissora de investigação. As pesquisas com abordagens qualitativas, assim, contribuem de modo especial, para a compreensão e interpretação de fenômenos a partir de seus significantes, partindo do pressuposto que o contexto é imprescindível na produção do conhecimento, cujo processo, facilita as percepções das vantagens do emprego de métodos abrangentes e diferentes, que nos levem a compreensão da realidade, a partir de contato direto com o objeto de análise.

Articulamos também nosso Projeto de Pesquisa de Mestrado em Educação com a obra *Os Estabelecidos e os Outsiders*, de Elias e Scotson (2000), pois, os autores dialogam com as discussões acerca das Pesquisas em Ciências da Educação, esclarecendo processos sociais de alcance geral na sociedade humana, chamando a atenção para constituição de configurações sociais, analisadas a partir das relações de poder, apontando para reprodução de estigmas e de desigualdades decorrentes da crença de superioridade e inferioridade, baseadas nas diferenças humanas.

A obra demonstrou que é equivoco do pesquisador atribuir juízos de valor imediatos, pois, provou que o bairro pesquisado não era um bairro de alto índice de delinquência. Acordamos que precisamos nos despir dos preconceitos, ou seja, desconfiar das pré-noções arraigadas em nosso imaginário individual e coletivo. De modo ímpar, os autores apresentaram situações envolvendo relações simbólicas decorrentes das relações de poder, originadas, especialmente, a partir da fofoca.

Elias e Scotson inovaram na medida em que não optaram por um único estatuto científico, pois, empregaram fontes diversificadas de pesquisa para compreender como as relações humanas são produzidas. Ao não adotar um método exclusivo de cientificidade, fizeram uso de dados quantitativos (escritos estatísticos/demográficos) e documentos oficiais, bem como de abordagens qualitativas obtidas por meio de fontes orais (entrevistas) e a partir observação participante (estudos etnográficos).

O estudo de Winston Parva esclareceu como se processava a crença na qual determinado grupo que se considerava além de mais poderoso, também se julgava composto por seres humanos melhores (humanamente superiores) do que outros. Foi evidenciada a maneira com que um grupo de pessoas se tornou capaz de monopolizar as oportunidades de poder e as empregou para marginalizar e estigmatizar membros de outro grupo. As relações de poder que foram produzidas entre os grupos moradores dos bairros vizinhos foram abordadas profundamente na referida obra.

Assim como Elias e Scotson, analisaremos documentos oficiais do Estado, bem como faremos uso da abordagem qualitativa em nossa pesquisa, pois, de modo especial, realizaremos entrevistas com gestores públicos, professores e estudantes, para verificar a percepção de nossos sujeitos acerca dos avanços e desafios da implementação da lei 10.639/2003 no currículo da rede estadual de ensino. Daremos também atenção aos contextos socioculturais de nosso objeto e sujeitos de pesquisa.

Ressaltamos, por fim, que produzir conhecimento científico crítico capaz de produzir impacto na realidade atual se faz essencial o rompimento com os estigmas e com as mistificações difundidas ao longo dos séculos. Acreditamos que as Pesquisas em Educação, de modo especial, as com abordagens qualitativas, voltadas às Políticas Públicas Educacionais para as Relações Raciais e ao Currículo Escolar, contribuem com esse processo, pois, valorizam a História e Cultura Africana e Afro-brasileira, bem como estimulam o processo de desconstruções e de reescrita da história, transformando de fato a sociedade, uma vez que dão vez e voz aos sujeitos historicamente silenciados e hostilizados, recuperando sua autoestima e identidade.

A implementação da lei 10.639/03, nesse sentido, vem favorecer a valorização da História e da Cultura Africana e Afro-brasileira, bem como reconhecer e enaltecer a contribuição dos povos negros na formação de nossa nação, configurando-se, como instrumento importante de combate às desigualdades raciais.

Referências

BRITO, Luciana da Cruz. **Tópicos da história do negro na sociedade brasileira**. Cuiabá: EdUFMT, 2011. Módulo 4. Relações Raciais e Educação na Sociedade Brasileira.

ELIAS, Nobert; Scotson, Jonh L. **Os estabelecidos e os outsiders**: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Tradução: Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2000.

FREITAS, Maria Tereza de Assunção. *A análise sócio-histórico como orientadora da pesquisa qualitativa*. *Cadernos de Pesquisa*, n.º. 116. São Paulo: p. 21-39, jul/2002.

GOMES, Nilma Lino (Org.) **Práticas pedagógicas de trabalho com as relações étnico-raciais na escola na perspectiva da Lei 10.639/03**. Práticas pedagógicas com as

relações étnico-raciais nas escolas públicas: desafios e perspectivas. 1ª ed. Brasília: MEC; UNESCO, 2012.

MÜLLER, Maria Lúcia Rodrigues. **Pensamento social brasileiro e a construção do racismo**. 2.ed. Cuiabá: EdUFMT, 2011. Módulo 5. Relações Raciais e Educação na Sociedade Brasileira.

MÜLLER, Maria Lúcia Rodrigues. **Aspectos a serem considerados na implementação da Lei 10.639/03 nas escolas de Mato Grosso**. Revista de Educação Pública. v. 19, n. 40 Cuiabá: Ed UFMT, maio - ago 2010, p. 305-317.

NEVES, José Luis. **Pesquisa Qualitativa – Características, Usos e Possibilidades**. Caderno de Pesquisas em Administração. São Paulo: v.1; nº. 3; 2º sem./2003; p. 1-5.

OLIVEIRA; Maria Marly de. **Como fazer Pesquisa Qualitativa**. 2ªed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Editora Vozes; 2008.

OLIVEIRA; Ozerina Victor; DESTRO, Denise de Sousa. **Política curricular como política cultural: uma abordagem metodológica de pesquisa**. Revista Brasileira de Educação. Nº 28. Rio de Janeiro. Jan/Abril, 2005.

OLIVEIRA; Ozerina Victor; MIRANDA, Cláudia. **Multiculturalismo Crítico, Relações Raciais e a política curricular: a questão do hibridismo na Escola Sarã**. Revista Brasileira de Educação. Nº 25. Rio de Janeiro. Jan/Fev/Mar/Abril, 2004, p. 67- p.81

PEREIRA, Marcia Moreira. **Africanidade e Letramento Literário: a lei 10.639/2003 e a questão étnico-racial na escola**. Anais do SILEL, v.2; n.2; Uberlândia: EDUFU, 2011.